

# ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA UNIVERSIDADE NO BRASIL E NO MUNDO: DO PREDOMÍNIO DA IGREJA AO INÍCIO DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO\*

*HISTORICAL BACKGROUND OF THE UNIVERSITY IN BRAZIL AND THE WORLD: FROM THE PREDOMINANCE OF THE CHURCH TO THE BEGINNING OF THE DEMOCRATIZATION OF ACCESS*

Egeslaine de Nez **1**

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Pedagoga e Especialista em Fundamentos da Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).  
E-mail: [profe.denez@gmail.com](mailto:profe.denez@gmail.com)

**Resumo:** Dentre as preocupações e temas recorrentes ao longo da história da educação e da universidade, estão as constantes transformações que tanto a sociedade em geral, como as próprias universidades sofreram. A universidade foi chamada a oferecer respostas a muitas questões e tornou-se uma referência permanente para a humanidade, notadamente no que se refere ao conhecimento e a ciência, mas também em relação às questões que dizem respeito à existência e até mesmo ao sentido da vida humana. Este artigo tem como objetivo compreender e desenhar a história do nascimento da universidade, com ênfase no predomínio da igreja, que foi o modelo de universidade historicamente construído no Brasil e no mundo, chegando ao início do processo de democratização do acesso brasileiro. Neste texto procura-se tecer considerações sobre este tema, no sentido de oferecer uma reflexão a partir dos seus antecedentes históricos, apresentando um recorte até o fim da década de 60. A relevância científica desse artigo é a possibilidade de pensar a universidade que os tempos de hoje estão a exigir, sendo considerada um importante patrimônio social, que se caracteriza pela sua dimensão de universalidade na produção e transmissão da experiência cultural e científica da sociedade. Considera-se, finalmente, que a universidade foi um agente constitutivo de um processo estratégico de construção de uma identidade social e de um determinado projeto de nação. Nesse sentido, não é tão somente uma instituição social, mas também um bem público a serviço da sociedade e que se reafirma por sua capacidade de representação cultural, científica e intelectual.

**Palavras-chave:** Educação Superior, Universidade, História, Democratização.

**Abstract:** Among the concerns and recurring themes throughout the history of education and the university are the constant transformations that both society in general and the universities themselves suffered. The university was called upon to offer answers to many questions and has become a permanent reference for humanity, notably in regard to knowledge and science, but also in relation to questions that concern the existence and even the meaning of life human. This article aims to understand and to draw the history of the university's birth, with emphasis on the predominance of the church, which was the model of a university historically built in Brazil and in the world, reaching the beginning of the process of democratization of Brazilian access. In this text we try to make considerations on this subject, in order to offer a reflection from its historical antecedents, presenting a cut until the end of the decade of 60. The scientific relevance of this article is the possibility of thinking the university that the times of today are demanding, being considered an important social patrimony, characterized by its dimension of universality in the production and transmission of the cultural and scientific experience of society. Finally, it is considered that the university was an agent constitutive of a strategic process of construction of a social identity and of a determined project of nation. In this sense, it is not only a social institution, but also a public good at the service of society and reaffirmed by its capacity for cultural, scientific and intellectual representation.

**Key words:** Higher Education; University; History; Democratization.

\*Artigo construído a partir das discussões do Seminário Avançado: Universidade e sociedade - tecendo a formação política, ofertado no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na Linha de Pesquisa: Universidade - teoria e prática, pela Profa. Dra. Maria Ely Herz Genro.

## Introdução

A globalização vem se desenvolvendo há décadas. Rossato (2007) caracteriza que foi iniciado com a descoberta da América, sendo precedido também pela revolução industrial e pelo processo de laicização (secularização) da cultura e pela revolução social do século XIX. Esse conceito está diretamente ligado às mudanças mais recentes de transformações econômicas e políticas do final do século XX.

As alterações geradas pela revolução científica e tecnológica com conseqüências para a cultura, criando novos valores éticos e padrões de estética, levando a uma nova fronteira entre o individual e o coletivo, caracterizam a globalização. Como consequência, produz-se uma massificação e uniformização de comportamentos, que, embora presentes no passado, não encontram evidência na situação atual.

Lipovetsky (2004) indica que esse momento vivenciado, transcende a modernidade que “[...] deu lugar a um empreendimento de verdadeira subjugação, burocrática e disciplinar, exercendo-se igualmente sobre os corpos e os espíritos [...] cuja finalidade consiste mais em controlar os homens que em libertá-los” (p. 16).

A hipermodernidade, assim chamada por Lipovetsky (2004) é compreendida como “[...] uma sociedade liberal, caracterizada pelo movimento, pela fluidez, pela flexibilidade; indiferente como nunca antes se foi aos grandes princípios estruturantes da modernidade, que precisaram adaptar-se ao ritmo hipermoderno para não desaparecer” (p. 26). Tudo acontece rapidamente como se tivesse ido do *pós* para o *hiper*, nascendo uma outra sociedade. As instituições sociais, dentre elas a universidade, são profundamente afetadas por esse novo mundo que surge.

Trata-se, assim, não mais de sair do mundo da tradição para se chegar à racionalidade moderna. Ao contrário, Lipovetsky (2004) aventa a possibilidade de “[...] modernizar a própria modernidade, racionalizar a racionalização – ou seja, na realidade destruir os ‘arcaísmos’ e as rotinas burocráticas, por fim à rigidez institucional e aos entraves protecionistas, relocar, privatizar, estimular a concorrência” (p. 56 – 57 – grifo do autor).

Assim, para se compreender a universidade e sua situação atual, há necessidade de se buscar uma visão da totalidade das relações entre esta instituição e as estruturas e os processos sociais da sociedade onde está inserida. Isso possibilita mostrar como ela foi e estão sendo produzidas, as forças sociais que atuam sobre ela, as formas de organização que assumiu no passado e as mudanças, bem como o conteúdo de suas políticas, sua autonomia, seu processo de democratização, e as contradições que enfrenta.

Esse entendimento exige uma análise de fatores históricos, estruturais e conjunturais que levem em conta a multiplicidade de dimensões da vida coletiva, aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais.

Muitos vêem a universidade como o lugar historicamente apropriado para a criação e divulgação do saber, para o desenvolvimento da ciência, para a formação de profissionais e intelectuais. Outros a percebem como uma instituição social que articula o ensino, a pesquisa e a extensão nos níveis mais elevados da política educacional de um país, satisfazendo os requisitos da sociedade.

Além desses, outros ainda a compreendem como um lugar privilegiado para o acesso à cultura universal e às várias ciências, para criar e divulgar o saber. Chauí (2001) destaca que “[...] a universidade é uma *instituição social*. Isso significa que ela realiza e exprime, de modo determinado, a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada, e sim, uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (p. 35 – grifo do autor).

Wanderley (1984) também indica que: “Se há um consenso unânime no sentido de se conferir à universidade a função de produzir e difundir conhecimentos, há também uma aceitação válida para a maioria dos países, de que é nela que se pode ter contato sistemático com a cultura universal” (p. 29). Neste sentido, desde o início de sua existência, a universidade teve por fim cultivar e transmitir o saber acumulado, missão que ela cumpre com persistência ao longo dos anos.

Assim, esse artigo tem como objetivo compreender a história do nascimento da universidade, a fim de destacar o predomínio da igreja sobre a estrutura de universidade historicamente construída no Brasil e no mundo até o fim da década de 60, com referência à possibilidade de democratização do acesso aos estudantes brasileiros.

Para isto, o texto apresenta num primeiro momento o nascimento da universidade no mundo e numa segunda parte destacam-se as considerações sobre o contexto e a história da universidade no Brasil. Num terceiro momento, as considerações finais buscam retomar as discussões empreendidas, com vistas à prospecção de reflexões para a sua verdadeira função social, sem deixar de rememorar sobre seus antecedentes históricos.

## No mundo: o nascimento da universidade sob o predomínio da igreja

Na sua fase inicial, a universidade foi uma instituição mediterrânea, nascida à sombra das catedrais, mosteiros, abadias e/ou conventos. As primeiras instituições se tornaram as herdeiras da cultura greco-romana e do pensamento humanista. A Antiguidade Clássica desenvolveu a Educação Superior tanto na Grécia quanto em Roma.

No contexto da *Pólis*, surge a Academia de Platão e Aristóteles, que Rossato (2007) indica como uma das precursoras da universidade. Basta lembrar que o termo “academia” serve até os dias de hoje para designar genericamente a universidade.

Arendt (2008) caracteriza que “Com isso emergiu, ao lado da esfera da liberdade política, um novo espaço de liberdade que sobreviveu até a nossa época na forma da liberdade das universidades e liberdade acadêmica” (p. 187 – 188). Isto porque a fundação da Academia revelou-se importante para ainda hoje se entender a liberdade.

Monroe citado por Castro (1984), referindo-se à Educação Superior na Grécia Antiga, esclarece que as universidades do mundo grego foram os frutos das escolas filosóficas e retóricas. É imprescindível comentar, ainda, que a Educação Superior em Roma “[...] era uma imitação da educação grega. Suas primeiras bibliotecas foram tomadas como despojos dos gregos, assim como os melhores dos seus primeiros mestres foram escravos ou refugiados da Grécia após a conquista romana” (p. 16).

Quanto ao uso do termo universidade, pode-se esclarecer que seu emprego, no mundo clássico, não tem a mesma origem do termo utilizado na Idade Média. Castro (1984) relembra que: “Entre os romanos o termo *universitas* designara um colégio, uma associação. Na Idade Média aplicou-se a um conjunto de pessoas [...]” (p. 17). Desde o fim do século XII, “[...] passou-se a falar das corporações de mestres e estudantes, *universitas magistrorum et scholarium* [...]” (p. 17).

Lisbôa (1993) também classifica que a universidade surgiu na Idade Média com o nome de *studium*. Graças ao prestígio que alcançaram com o decorrer dos tempos, no fim do século XII, algumas escolas passaram a permitir que aqueles que nelas se formassem pudessem lecionar noutro lugar, com isto ganharam o nome de *studia generalia*. Dentre os mais importantes, destacaram-se: Paris, Bolonha, Nápoles e Oxford.

Já o termo *Universitas*, passou a ser usado como sinônimo deste último. Segundo Wanderley (1984), a palavra foi originalmente aplicada às sociedades corporativas escolásticas e, no decorrer do século XIV, o termo passou a ser usado no sentido exclusivo de uma comunidade de professores e alunos, cuja existência corporativa houvesse sido reconhecida e sancionada pela autoridade eclesiástica ou civil.

O período em que surgiram as Universidades foi de grande prosperidade para o mundo. Castro (1984) enfatiza que tudo desabrochava, recriava-se a esperança no progresso econômico, social e político dos países. Com o seu surgimento, o saber foi colocado ao alcance de um maior número de pessoas e o conhecimento proporcionava uma nova dimensão da vida, a corporação de mestres e alunos engrandecia ao homem e valorizava o seu espírito.

Lisbôa (1993) salienta que o mesmo brilho que a universidade emprestava à corte, era também retribuído, sendo assim, imensamente prestigiada pela nobreza. Os papas que foram seus protetores (Inocêncio III e Gregório IX), também contribuíram para seu aperfeiçoamento através do fornecimento de linhas mestras que a Universidade deveria obedecer. Assim, o poder da Igreja era considerável.

As universidades foram se multiplicando na Idade Média, tornando-se portadoras do saber, seu espírito de fortalecimento e de unidade, serviram para a formação dos Estados Nacionais. Lisboa (1993) comenta que a iniciativa de renovação dos saberes não se explicava apenas pelo desenvolvimento Geral do Ocidente, pela renovação econômica, pelo crescimento urbano. Mas,

pelo fato da Igreja, poderes leigos e classes dirigentes, terem sentido cada vez mais necessidade das técnicas de escrita, para gerir seus negócios, públicos ou privados.

Neste sentido, Zainko (1998) destaca que as universidades medievais, que continuavam sendo as mais importantes, mantiveram suas instituições antigas e serviam de modelos para as novas fundações. Sua tônica estava voltada para o saber como um fim em si mesmo e eram criadas para formar uma elite aristocrática, depois para uma elite de mérito, vindo a sofrer mutações, se adequando às novas condições impostas pela realidade.

Rossato (2007) enfatiza que de Bolonha foi a primeira cidade ocidental da Europa que ampliou sua escola, transformando-a em *studium generale* e ainda se destacou na caracterização de uma universidade dos estudos pela sua iniciativa de se organizar em grandes *nações*, constituiu-se num modelo que seria seguido por outras universidades nos séculos XII e XIII.

Um outro modelo de universidade medieval se originou em Paris, no século XII e constituiu um dos grandes pilares da universidade. A palavra *universidade* era tomada, no sentido atribuído então, para designar todas as formas de associação e comunidades.

A partir desses dados, Zainko (1998) considera que Bolonha e Paris foram às primeiras instituições na Europa a constituírem universidades: a primeira, a mais antiga; a segunda, a mais importante, pois se tornaria também um modelo para outras instituições. Dessas instituições, surgiram várias outras universidades, tanto na Itália como na França e nos demais países da Europa.

Assim, a universidade como instituição se estabeleceu definitivamente e se expandiu para novas áreas, nesse que foi chamado por Rossato (2007) de o *século das universidades*. Nesse período, a universidade já fora constituída efetivamente para ensinar, mas, sobretudo, para ensinar as verdades da fé. O predomínio da Igreja é eminente e necessário para este período histórico.

Desta forma, uma importante rede de universidades nasceu no século XIII no continente europeu, fora dos territórios da França e da Itália: as espanholas. Rossato (2007) acrescenta que dentre essa lista de universidades neste momento, em 1290, foi criada a de Lisboa, fato extremamente importante para o Brasil.

Rossato (2007) menciona ainda que no final deste século, haviam universidades constituídas na Itália (dez ou onze), França (quatro), Espanha (quatro), Inglaterra (duas), Portugal (uma), totalizando naquele momento vinte e uma ou vinte e duas instituições. Também destaca que as universidades gozavam de grande importância e as três áreas oferecidas eram: Teologia, Direito e Medicina.

No século XIV, as universidades dobrariam em quantidade, tendo sido criadas ou reconhecidas, mais vinte e quatro novas instituições onde já existiam anteriormente; sobretudo, surgiram às primeiras universidades da Europa Central, as alemãs (ROSSATO, 2007).

Quanto aos modelos, não houve mudanças significativas nos rumos da universidade, de forma que as novas instituições copiaram ou se adaptaram ao tipo de instituição que já existia, sem inovações. O fato mais importante não foi à expansão na França, Itália e Espanha, mas nos países germânicos, que fizeram a diferença neste momento histórico.

É imprescindível ressaltar que os três fenômenos fundamentais para a universidade nesse século foram: a diminuição da influência da Igreja, os novos papéis da sociedade local e a regionalização com crescimento do poder local. “A universidade se emancipou da Igreja, embora esse processo tenha gerado também uma significativa perda da sua autonomia, pois os príncipes e soberanos e o Estado moderno muito lentamente reconheceram esse direito” (ROSSATO, 2007, p. 37).

Assim, até o final da Idade Média, haviam sido fundadas na Europa pelo menos oitenta universidades, das quais no mínimo sessenta sobreviveriam ao longo dos anos. Como toda instituição social, as universidades viveram ao ritmo do seu tempo e sofreram conseqüências do que ocorria ao seu redor; segundo Rossato (2007) algumas desapareceram, outras foram transferidas de cidade. Entre outras situações, houve universidades que desapareceram temporariamente e depois foram recriadas, isso se repetiu por várias décadas.

Rossato (2007) também acrescenta que o século XVI se encarregaria de romper a homogeneidade e geraria profundas transformações para a universidade, que nunca mais veria sua unidade reconstituída. Essa pluralidade, desde então, passaria a ser uma das riquezas da universidade. Porém, nesse momento, uma outra instituição competiu com a universidade, passando a rivalizar

com ela: o *colégio*, que tinha como idéia-força o ensino, como se percebe claramente na tradição jesuítica. A Igreja através dessa ordem retorna a cena e se expande consideravelmente.

No século XVII, não foram criadas muitas universidades; os problemas continuaram os mesmos e, com maior ou menor intensidade em cada região, tanto o número como a qualidade das universidades surgidas foram bem menos expressivos. Vale ressaltar que as universidades mais importantes nesse momento estavam surgindo fora da Europa. Assim, esse século representou uma continuação do que acontecera no anterior; a universidade sobreviveu e se expandiu a outros continentes.

Rossato (2007) caracteriza a universidade deste período ainda como conservadora e fechada ao mundo do trabalho, o ensino universitário era destinado aos jovens nobres ou ricos denominados *elite*, e a preparação para o emprego era um aspecto secundário. A universidade tornara-se, antes, uma transmissora da sabedoria greco-latina, pouco contribuindo para o avanço social.

O século XVIII, no que diz respeito à evolução da universidade, é um dos mais desconhecidos, por não haverem muitos relatos e estudos dessa época. Porém, há alguns fenômenos que podem ser destacados: o crescimento das academias, as escolas técnicas e a extinção da universidade (ROSSATO, 2007).

As academias, surgidas já na segunda metade do século, se proliferaram, tornando-se o centro das novas idéias e da difusão da cultura liberal e colocando num segundo plano as universidades, pois o seu prestígio se sobrepôs às delas. Rossato (2007) também considera que as escolas técnicas foram criadas em vários países, pois naquele momento foi necessário um ensino técnico com um nível elevado de conhecimento.

E por fim, a supressão da universidade aconteceu porque nesse contexto histórico o final do século encontrou um caminho diferente preparado para as grandes mudanças e reformas que ocorreriam na Europa posteriormente.

Wanderley (1984) destaca que com a revolução industrial e a consolidação do modo de produção capitalista, surgiram exigências de especializações e técnicas que se ajustassem à uma nova divisão do trabalho. Gradativamente, as universidades tiveram que se adequar aos processos de desenvolvimento econômico e social, segundo as características peculiares de cada nação que foram pensadas inicialmente para formar os filhos da burguesia, logo foram pressionadas a atender a mobilidade da classe média.

Neste sentido, as universidades foram atingidas, pois se exigiam cada vez mais conhecimentos úteis e de aplicação imediata. As idéias e os princípios capitalistas acabariam por impor uma cultura própria. Isso aconteceria especialmente na América do Norte, onde a universidade aproximou-se da empresa; muitas vezes, confundia-se com ela ou a serviço dela.

Rossato (2007) enfatiza ainda que muitas universidades desapareceram na França, Espanha, Alemanha e Itália. Porém, surgiram no século XIX, muitas instituições novas em vários países, inclusive uma extraordinária expansão nos Estados Unidos. A rede básica de universidade se estabeleceu neste século e o século XX apenas a complementou.

A universidade, que, historicamente, legara a um plano secundário o aprendizado técnico e aplicado, foi obrigada a absorver novos conhecimentos, caso contrário seria sua morte definitiva. Assim, o século XIX, com o crescimento do comércio, a incorporação de novas colônias e o desenvolvimento industrial, bem como o progresso técnico, exigiu conhecimentos aplicáveis, os quais viriam pelas universidades técnicas ou escolas politécnicas. Wanderley (1984) compreende que o progresso começado no século anterior prosseguiu com várias escolas politécnicas que constituíram o primeiro ensino técnico intitulado de *superior*. Aqui neste momento, nasciam as universidades técnicas.

A universidade deixou de ser européia para se tornar uma instituição universal, processo esse que se consumaria também na segunda metade do século XX. Nessa evolução, as características regionais apareceram e coexistiam modelos de universidade diferentes.

Por fim, Rossato (2007) ressalta que a unidade dos séculos XII, XIII e XIV foi rompida no século XV, e o século XIX, com suas reformas fez emergir novas características. Na universidade, que embora guardasse elementos comuns, era pluralista na sua organização, na sua forma e no seu conteúdo; a instituição se enriqueceu: da uniformidade medieval, passou à vigorosa pluralidade do século XX, acenando para o início do processo de democratização do acesso.

## No Brasil: a universidade da inércia à expansão

O Brasil registra um atraso de dois séculos em relação aos demais países latino-americanos, sendo um dos últimos a constituir e reconhecer oficialmente as universidades. Isto porque a experiência universitária desigual que ocorreu nos países de colonização inglesa, espanhola e portuguesa reflete a conjuntura de desenvolvimento econômico, político e cultural dos países de origem.

Desta forma, a observação do panorama educacional brasileiro atual revela uma característica incomum e constante em sua estrutura. Pois que, as universidades conviveram com uma grande quantidade de instituições de pequeno porte que resultaram da sua multiplicação, do movimento sócio-político e da diferenciação das instituições criadas no século XIX.

Historicamente, a constituição e a implantação da universidade brasileira, comparada às outras instituições de maior tradição, é bastante recente. Com um surgimento tardio já no século XX, e sob a influência de toda a história das Universidades no mundo, têm o seu início, também como escolas de formação de profissionais em nível superior. Os contornos dessa universidade ancoram-se na criação de escolas profissionalizantes ligadas à técnica ou, mais especificamente, ao saber fazer com ampla base científica.

Ao contrário da Espanha, que instalou universidades em suas colônias já no século XVI, Portugal não só desincentivou como também proibiu que essas instituições fossem criadas no Brasil. Para atender a demanda por Educação Superior, Cunha (2000) enfatiza que a metrópole concedia bolsas para uma determinada quantidade de filhos de colonos fosse estudar em Coimbra.

Data de 1550, o primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil que foi fundado pelos jesuítas na Bahia, na então sede do governo geral. Essa ordem criou dezessete colégios no Brasil e cursos superiores também foram oferecidos no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Pernambuco, no Maranhão e no Pará (CUNHA, 2000).

Ao fim do período colonial, a Educação Superior brasileira sofreu uma tardia “refundação”. A transferência da sede do poder para o Brasil (1808), correlata ao surgimento do estado nacional, gerou a necessidade de modificar o ensino herdado da colônia, ou seja, de fundar um grau de ensino completamente distinto do ofertado antes.

Cunha (2000, p. 153) destaca ainda que “[...] o príncipe regente (a partir de 1817, rei F. João VI) não criou universidades, apesar de aqui reproduzir tantas instituições metropolitanas. Ao invés disso, criou cátedras isoladas de ensino superior para a formação de profissionais [...]”. Assim, durante o período imperial, a Educação Superior ganhou densidade, as cátedras foram se organizando em cursos que viraram academias, mas o panorama não se alterou muito.

A partir desse período, a Educação Superior desenvolveu-se pela multiplicação de faculdades isoladas. Assim, no período que vai da reforma de 1891 até 1910, foram criadas no Brasil vinte e sete escolas superiores, porém sempre organizadas em estabelecimentos isolados, oferecendo cursos explicitamente profissionais nas áreas do Direito, da Medicina e da Engenharia.

Para Teixeira (1989), o Brasil teve experiência da universidade escolástica e, depois, da universidade reformada de Pombal. Fora disto, tinha-se a vivência do ensino profissional para o clero, para os legistas e para os médicos. Isto se evidencia entre 1889 e 1918, onde existiam cinquenta e seis escolas desse nível, em sua maior parte privadas.

Porém, nenhuma instituição com *status* de universidade existiu no período colonial nem no imperial, muitas propostas de criação de universidades foram feitas, mas nenhuma teve sucesso. Cunha (2000) apresenta que a primeira universidade criada no país, com essa taxionomia, foi em Manaus, no estado do Amazonas, porém o esgotamento da prosperidade econômica na região levou ao fim da instituição.

No ano de 1911, foi criada a Universidade de São Paulo, com recursos oriundos de um “sócio capitalista” que esperava recuperar seu investimento com as taxas cobradas dos estudantes. A universidade tornou-se inviável financeiramente, razão de sua dissolução em 1917 (CUNHA, 2000).

No Paraná, foi criada em 1912 a terceira proposta de universidade do país. A iniciativa de profissionais locais recebeu apoio do governo estadual, que aprovou dotações orçamentárias. Cunha (2000) destaca que a proibição da equiparação de instituições de ensino superior em cidades com menos de 100 mil habitantes, pôs fim ao projeto dessa universidade, que foi então, também dissolvida.

Se forem examinadas as primeiras experiências de universidade no Brasil, Zainko (1998) indica que nada mais foram do que agrupamentos de escolas profissionais, numa promessa fragmentada da concepção que deveria garantir a unidade, para se chegar à proposta genuína de um projeto de Universidade para o Brasil.

A primeira instituição de Educação Superior do Brasil que assumiu duradouramente o *status* de universidade foi a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), criada em 1920. Segundo Cunha (2000) deu-se a partir da integração de três faculdades isoladas (Medicina, Engenharia e Direito). Assim, essa reunião deu origem à primeira universidade duradoura no Brasil, modelo para a quase totalidade das instituições que foram organizadas posteriormente.

A mesma técnica da organização da universidade por aglutinação foi seguida em Minas Gerais, em 1927, por iniciativa do governo do estado. Porém, tanto no Rio de Janeiro como em Minas Gerais, a instituição universitária que nascia tinha grandes dificuldades e inúmeros desafios.

Oficialmente, então, a universidade brasileira surgiu com a URJ, nascida como confederação de escolas, seguindo-se a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1927, aglutinando cinco faculdades (Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia e Odontologia). Sguissardi (2009) indica que essas instituições funcionavam mediante o modelo napoleônico de coordenação de faculdades profissionais, modelo consagrado pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931.

Sguissardi (2009) também considera que a partir da Revolução de 30, procurou-se, então, reverter o quadro de “cem anos anteriores de tentativas frustradas” da criação de universidades no Brasil, ainda que quase tão somente em nível legislativo.

Vale ressaltar que enquanto demais nações orgulham-se da velhice de suas universidades, o Brasil vai distinguir-se pela extrema juventude do seu vasto aparelho universitário. Segundo Teixeira (1989, p. 110), “[...] com a radical transformação do saber e da cultura do nosso tempo, ele poderá incorporá-la, sem nenhuma das resistências e empecilhos do passado, nos seus mais recentes desenvolvimentos e conquistas”.

Desta forma, Cunha (2000) ainda acrescenta que a terceira instituição nascida nesse período foi a do Rio Grande do Sul, que recebeu o *status* universitário só em 1934 e foi criada mediante um processo diferente das duas anteriores. Em vez de resultar da reunião de faculdades existentes, surgiu de uma única faculdade que era a Escola de Engenharia de Porto Alegre.

Também em 1934, um decreto estadual re-criou a Universidade de São Paulo, incorporando várias escolas superiores existentes no período. Pode-se atribuir maior relevância à criação dessa universidade, pois que buscou superar a mera inter-relação através da definição de um projeto específico de universidade. Oliven (1990, p. 64) considera que foi “[...] a primeira tentativa, de certa forma bem sucedida, de criar uma universidade no Brasil que expressasse uma definição mais ampla quanto aos objetivos do ensino superior, bem como a forma organizacional da própria instituição”.

Em seguida, em 1935 surgiu a Universidade do Distrito Federal (UDF) tendo um projeto autônomo e crítico. No entanto, esse espírito inovador sucumbiu à reação conservadora das escolas profissionais, com as instituições sobrevivendo mais como federações de escolas que como universidades. Sguissardi (2009) comenta que esse projeto foi inspirado em Anísio Teixeira e baseado na liberdade de fazer científico e na produção cultural desinteressada, mas afrontava o Estatuto das Universidades brasileiras. Assim, neste momento histórico não haveria lugar para experiências inovadoras. Diante desse cenário, infelizmente essa universidade precisava desaparecer.

Indica-se, porém que a universidade sofria muitas críticas nos anos 20 e 30 por professores, que tiveram a oportunidade de comparar a estreiteza dos cursos profissionais ministrados no Brasil com as práticas existentes em outros países. Sguissardi (2009) sugere que as instituições que se constituíram durante esse período foram simples aglutinação de faculdades profissionais preexistentes. E, nas confessionais, em relação ao ensino, essas se submetiam ainda às diretrizes de suas respectivas confissões.

Vale ressaltar também, que neste momento histórico de 1937, foi criada a Universidade do Brasil, projetada para servir de modelo às demais instituições de Educação Superior brasileira, com a instituição do Estado Novo. Oliven (1990) indica que essa universidade instituída por Getúlio Vargas “[...] constituiu no mais perfeito modelo de centralização autoritária ao nível do ensino superior brasileiro” (p. 63).

Todo esse período, apesar da centralidade do poder estatal, representa uma fase de integração

do sistema de Educação Superior. O governo Vargas, consegue organizar a maioria das faculdades isoladas, garantindo-se que esse nível de ensino ocorresse basicamente em Universidades.

Para Teixeira (1989), a marcha da expansão na Educação Superior é constante e crescente, mas a partir de 1945 acelera-se, vindo após 1960 a dar um verdadeiro salto, instituindo-se nos últimos anos “[...] 13 universidades federais, quatro universidades privadas católicas, três universidades privadas leigas, uma universidade estadual e 255 unidades docentes novas [...]” (p. 116).

Nos anos 60, vive-se o auge das idéias e políticas Nacional-Desenvolvimentismo, um momento de Reformas de Base, e inclusive a luta pela Reforma Universitária. Essas rápidas e profundas mudanças na Educação Superior brasileira foram acompanhadas e propiciadas por não menos rápidas mudanças no território universitário. Para Cunha (2000), a expansão no período imediatamente posterior ao golpe militar de 1964 resultou da substituição do regime de cátedras pelo regime departamental nas universidades públicas, e do incentivo governamental à criação de faculdades privadas.

Assim, Teixeira (1989) indica que havia dez universidades federais, seis estaduais, oito particulares e três rurais. Em 1968, a rede nacional de universidades foi ampliada para quarenta e oito, sendo dezoito federais, três estaduais, dez católicas, sete fundações, cinco particulares e uma municipal, às quais se somam quatro universidades rurais (três federais e uma estadual).

A Universidade de Brasília (UnB), sob coordenação de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, é deste período também e reuniram docentes e cientistas de renome internacional, entrando em efetivo funcionamento em 1962. Porém, com o golpe militar de 64, a ditadura encarregou-se de destruir o que havia de mais interessante nessa experiência (SGUISSARDI, 2009).

Mas, esses ideais reapareceram em outras universidades posteriormente criadas: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Para Sguissardi (2009), a estrutura organizacional da primeira renunciava a que seria referenciada na Reforma Universitária de 68, assemelhando-se à UnB. Por sua vez, a segunda foi criada em 1960, mas implementada somente em 1968, no auge da ditadura militar.

A reforma do ensino universitário de 1968, com a Lei 5.540 e com todos os documentos que as antecederam, propiciou condições institucionais para a efetiva criação da instituição universitária brasileira, pois que até então, existiam somente faculdades isoladas.

Têm-se, então, para a Educação Superior neste período, os dados numéricos a seguir (Quadro 1). Teixeira (1989) destaca que, além disso, há uma grande diversidade de institutos ligados à pesquisa e não diretamente ao ensino, e multiplicam-se, também, nesta época, as universidades.

**Quadro 1** – Expansão de escolas e faculdades isoladas no Brasil na série histórica

| Período     | Quantidade |
|-------------|------------|
| 1900 – 1910 | 13         |
| 1910 – 1920 | 34         |
| 1920 – 1930 | 15         |
| 1930 – 1945 | 95         |
| 1945 – 1960 | 223        |
| 1960 - 1968 | 375        |

Fonte: Adaptado de Teixeira (1989).

Contraopondo-se à tradição brasileira, já secular, a Lei determinou que a universidade é considerada uma forma de organização por excelência da Educação Superior, restando à instituição isolada o *status* de excepcional e transitória. Nasce, assim, no Brasil, as Universidades com a função de socialização do conhecimento produzido.

Segundo Zainko (1998), a Reforma Universitária de 1968, é ainda até a década de 90, trinta anos depois, a lei que rege a Educação Superior, procurando manter como ideal da universidade a indissociabilidade da pesquisa, do ensino e da extensão.

A previsão da direção da mudança no campo da Educação Superior brasileira é uma tarefa bastante árdua, já que não se pode considerá-la independentemente dos processos de mudança no contexto sócio-político nacional e internacional, todos passam evidentemente por alterações profundas.

### Considerações finais

A universidade viveu um intenso processo de transformação desde o seu surgimento até a atualidade. Da unidade e da homogeneidade da universidade medieval, da sua hierarquização e dos seus objetivos, muitas vezes à serviço da Igreja Católica, passa, gradativamente, a uma instituição que, à medida que avança na Idade Média, ganha autonomia.

Essa instituição surgiu no momento em que condições propícias favoreceram o seu desenvolvimento, espalhando-se rapidamente pelos diversos países da Europa. Desempenhou um papel social muito importante e, à medida que a sociedade se transforma, ela vai adquirindo outras formas e funções.

É considerada uma instituição uniforme, mas com forte tendência à multiplicidade, sendo diversa a sua estrutura ou organização, dependendo da época ou do país em que se encontra e das condições políticas, econômicas, sociais ou culturais. Essa capacidade de adaptação e mudança é uma das causas da sobrevivência e da relevância das instituições universitárias, em sua longa trajetória até os dias de hoje (ROSSATO, 1998).

A crise dos séculos XVI e XVII, com novas realidades e a instituição dos colégios, caminha para o século XVIII, com a supressão em alguns países das instituições, bem como surgem outras universidades em novos contextos. Assim, dessa crise, nasce uma universidade pluralista, heterogênea e que se voltara para a pesquisa, paralelamente ao desenvolvimento daquilo que se denominou Revolução Industrial.

Rossato (1998) indica que depois de novecentos anos de existência, a instituição universidade atinge um grau de reconhecimento inquestionável e, está implantada em praticamente todos os países do mundo. O século XX viu a universalização e a consolidação da diversidade de instituições.

No caso do Brasil, a expansão se fez pela multiplicação de escolas, dentro dos moldes e pressupostos existentes, não havendo nenhuma ideia diretora, nem sentimento de plano ou crescimento orgânico. Nas escolas, consideradas estabelecimentos isolados, cada uma existia como entidade fechada e mergulhada em seus próprios problemas.

Na realidade, a expansão espontânea do ensino pela simples proliferação de escolas, todas rígidas e uniformes, sob o modelo do catedrático único para cada disciplina e do curso único na maioria delas, acabou por tornar evidente a falta de flexibilidade do sistema. Este problema tornou-se mais evidente na universidade, onde as escolas se congregavam conservando seu caráter isolado, sem intercâmbio e muito menos cooperação.

Teixeira (1989) concretiza que o modo pelo qual a Educação Superior se instituiu no Brasil, como fenômeno histórico não foi resultado de acidentes, como pensam alguns, mas foram adaptações conseqüentes às condições e às possibilidades da sociedade então estabelecida.

Vale ressaltar que existiram alguns momentos importantes na evolução da concepção de universidade brasileira, um deles foi a tentativa inicial dos jesuítas no sentido de fundar a Universidade do Brasil, até as últimas leis de ensino da Primeira República, este é o período de "gestação" da universidade brasileira. Nesse momento, a concepção de universidade é marcada por três características principais: a constituição do conglomerado de escolas isoladas, a centralização administrativa e o ensino profissionalizante.

Já o segundo passo na evolução da universidade no Brasil foi a reforma, sendo um reflexo de uma sociedade renovada, de aspirações surgidas a partir de uma consciência nacional que se afirmava, esse foi o ponto de partida para a expansão da universidade brasileira.

Não foi objetivo deste trabalho ainda a análise detalhada da situação atual da instituição universitária no Brasil, a proposta foi uma tentativa de apresentar algumas considerações sobre as perspectivas históricas do nascimento da universidade brasileira, para a partir delas retomar reflexões importantes que se desenham.

Isto porque num contexto de mudanças profundas das atividades educacionais hoje, à universidade é exigido e demandado muito mais. E a questão que se coloca é saber como responder aos desafios contemporâneos, sem se subordinar aos paradigmas estabelecidos e como se pode construir, em face disso, uma proposta alternativa. Assim, outra resposta é esperada da universidade para que cumpra o seu compromisso social de preparação e incorporação das novas gerações à sociedade.

Arendt (2008) consegue exprimir a preocupação latente, indicando que se o problema da

educação e tão importante, é porque se trata de determinar qual será nossa atitude em face de ele. É necessário decidir “se amamos suficientemente o mundo para assumirmos a responsabilidade por ele e, como tal gesto, salvá-lo dessa ruína que seria inevitável não fosse à renovação e a chegada incessante de jovens e recém-nascidos [...]” (p. 178).

Sendo assim, ainda nas palavras de Arendt (2008): “É preciso responder pelo mundo, dar a ele um novo nascimento, res-ponder (*ré-pondre*) por ele é essa a missão da educação” (p. 179 – grifo da autora). Essa é a grande questão contemporânea, empreender algo novo, algo que não foi previsto, mas que está em curso.

## Referências

- ARENDRT, H. **A promessa da política**. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.
- CASTRO, J. S. RIBEIRO. Universidade, suas origens medievais. TUBINO, M. J. G. (org.) **A universidade ontem e hoje**. São Paulo: IBRASA, 1984.
- CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.
- CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LIPOVETSKY, G. **Os tempos hipermodernos**. Trad. Mario Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- LISBÔA, M. G. C. **A ideia de universidade no Brasil**. Porto Alegre: Edições EST, 1993.
- OLIVEN, A. C. **A parquialização do ensino superior: classe média e sistema educacional no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- ROSSATO, R. Humanismo na universidade em tempos de globalização. PEREIRA, E. M. A. **Universidade e educação geral: para além da especialização**. Campinas: Alínea, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Universidade: nove séculos de história**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- SGUISSARDI, V. **Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.
- TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- ZAINKO, M. A. S. **Planejamento, universidade e modernidade**. Curitiba: All-Graf, 1998.
- WANDERLEY, L. E. W. **O que é universidade?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Recebido em 30 de setembro de 2018.

Aceito em 6 de novembro de 2018.